

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTS. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCENTA OS ARTS. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (REFORMA DO JUDICIÁRIO).

**EMENDA SUPRESSIVA Nº _____, DE 2005-CE
(Do Sr. LUIZ ANTONIO FLEURY)**

Suprima-se a alínea *b* do inciso II, do art. 93, constante do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 358, de 2005.

JUSTIFICAÇÃO

O texto do artigo, apresentado na PEC 358 de 2005, tem a seguinte redação: *"A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira metade da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos que aceite o lugar vago"*.

A Proposta de Emenda à Constituição objetiva ampliar a quantidade de magistrados participantes da lista para a promoção por merecimento, de forma que o juiz concorrente deverá integrar não mais a primeira quinta parte, mas sim a primeira metade da lista de antigüidade.

O artigo 93, inciso II, alínea "c", alterado pela Emenda Constitucional nº 45, prevê a promoção por merecimento conforme o desempenho e por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição, além da frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento.

No mesmo sentido a LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura Nacional, estabelece critérios considerados de natureza objetiva para fins de aferição do merecimento (artigo 80, § 1º, inciso II), quais sejam: (a)



81DF343404

conduta do juiz, (b) operosidade no exercício do cargo, (c) número de vezes que tenha figurado na lista, e (d) aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento.

É razoável concluir que a Reforma do Judiciário (EC 45/2004) buscou estabelecer objetividade, ou afastar o quanto possível a subjetividade, quando da promoção por merecimento. Da mesma forma o Estatuto da Magistratura, ao estabelecer critérios objetivos a serem utilizados no processo de promoção dos juízes por merecimento, incluindo neles o mais objetivo de todos, a antigüidade.

Se aprovada a Proposta alterando a alínea *b* do inciso II do artigo 93 da Constituição, dilatando a possibilidade de inclusão na lista de metade dos juízes mais antigos, na entrância, a intenção do constituinte derivado, claramente estabelecida no artigo 93, inciso II, alínea *c* será afrontada, pois quanto maior o número de juízes habilitados a participar do processo de promoção, maior a carga de subjetividade quando da escolha e, conseqüentemente, da utilização de critérios políticos na promoção.

A magistratura é uma carreira de longo prazo, rigidamente estruturada, e a perspectiva de promoção é fundamental para o desempenho funcional. O acesso aos cargos de maior relevância é essencial para o estímulo dos magistrados na carreira e, a possibilidade de participação de juízes com menor tempo no processo de promoção, poderá resultar em desmotivação dos magistrados mais antigos, que poderão ver frustrado o anseio natural de progressão funcional.

Nestes termos, conto com o apoio dos nobres Pares pelo acolhimento da Emenda que propõe a rejeição da Proposta de alteração do texto constitucional, no que tange ao artigo 93, inciso II, alínea “b”.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2005.

Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY
PTB-SP



81DF343404